Mata atlântica – a floresta dos animais

***Dra. Sueli Angelo Furlan***

***Sooretama***

Em tupi, quer dizer *“*onde moram os animais”, nome que povos indígenas davam às florestas conhecidas como mata atlântica. Esses povos conheciam muito a fauna e a flora das extensas florestas que revestiam grandes porções costeiras do Brasil. Inúmeros processos demonstram, na atualidade, essa interdependência. As matas atlânticas coevoluíram com os animais num processo complexo de interações que envolveram, por exemplo, a polinização realizada por várias espécies de morcegos, a dispersão de sementes por aves e pequenos mamíferos e a decomposição da matéria orgânica da serapilheira por organismos dos solos.

Originalmente, as matas atlânticas ocupavam aproximadamente 1.315.460 quilômetros quadrados – o que equivale a 130 milhões de hectares – ao longo de 17 Estados brasileiros, estendendo-se por toda a região costeira e adentrando ao interior. Foi a segunda maior floresta tropical úmida do país, atualmente reduzida a 8,5% da sua área original. Apesar disso, ainda consegue manter grande biodiversidade, associando-se também a outros ecossistemas, como os manguezais e restingas.

***Mata atlântica: um único nome para um complexo de ecossistemas***

Não existe um conceito único. Alguns autores consideram a mata atlântica apenas as florestas densas que ocorrem ao longo do litoral recobrindo, por exemplo, os terrenos escarpados da Serra do Mar e Paranapiacaba no Sudeste do Brasil (RAWITSCHER, 1944; MANTOVANI, 1990; VELOSO & KLEIN, 1961, 1963, entre outros). Outros consideram as matas atlânticas um amplo mosaico de florestas distribuídas em diferentes gradientes de umidade, como parte de um complexo de ecossistemas inter-relacionados ao longo de todas as diferentes morfologias costeiras (HUECK, 1972, CÂMARA, 1991, RIZZINI & COIMBRA FILLHO, 1988).

Historicamente, as matas atlânticas compreendem um complexo de florestas inter-relacionadas em sua origem e expansão. Na atualidade tem sido estratégico para a conservação considerar legalmente esse conjunto de diferentes tipos de florestas aparentadas como sendo um complexo de matas atlânticas.

Nesse aspecto, a visão abrangente favorece a proteção dos poucos fragmentos remanescentes do intenso desmatamento de suas fitofisionomias. Um dos ambientalistas que muito se empenhou para a sua conservação − almirante Ibsen de Gusmão Câmara − afirma,

Quaisquer que sejam os argumentos a favor de um ou de outro desses pontos de vista, um fato ressalta incontestável − na época do descobrimento do Brasil, uma cobertura florestal praticamente contínua, ainda que muito diversificada em sua constituição fitofisionômica e florística, estendia-se ao longo da costa, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, com amplas extensões para o interior, cobrindo a quase totalidade dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, além de partes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul e de extensões na Argentina e no Paraguai. Essa imensa floresta heterogênea, que ocupava uma superfície superior a 1.000.000 de quilômetros quadrados somente no Brasil (cerca de 12 por cento da superfície do País), embora hoje muito reduzida e fragmentada, justifica uma denominação comum que a considere na sua totalidade. Desta forma, em contraposição ao nome de Floresta Amazônica, esta também muito heterogênea e diversificada, mas com designação geralmente aceita sem contestação, é razoável estender-se a todos os remanescentes atuais das outrora vastas florestas atlânticas a denominação tradicional de Mata Atlântica, terminologia consagrada na própria Constituição Federal, embora se reconheça que seria mais correta a designação de Província Atlântica. (CÂMARA, 1996)

Existem diferentes níveis de organização e agrupamento dos conjuntos florestais, conforme os relevos, solos, variáveis climáticas e as latitudes em que esses remanescentes estão dispostos. Além disso, há que se considerar que, para a fauna, a análise biogeográfica muda e exige outro tipo de “desenho” das unidades funcionais. Se tomarmos, por exemplo, a ocorrência geográfica dos micos-leões (*Leonthopithecus spp*), poderemos agrupar historicamente as florestas úmidas de encosta e as matas semideciduais mais interiorizadas. Como conservar os remanescentes dispersos, fragmentados e com histórias naturais biodiversas?

**Biodiversidade e conservação da mata atlântica**

Do ponto de vista da conservação das paisagens florestais e outros ecossistemas associados, é fundamental unir o conhecimento ecológico ao histórico numa visão estratégica. Uma característica ecológica importante para conservar as tipologias de florestas remanescentes são os fatores bioclimáticos, orográficos e as bacias hidrográficas. Esses três componentes principais estiveram associados à origem desse complexo (AB’SABER,1977).

O relevo pode atuar como barreira que induz as grandes descargas de chuva e também a condensação da umidade responsável pela neblina sempre presente nas altitudes acima de 800 metros, nas zonas litorâneas, lembrando que essa altitude é considerada o ótimo altitudinal para as matas atlânticas no setor sudeste do Brasil. A esse contexto bioclimático é preciso desvendar a dinâmica da fragmentação dos hábitats e compor melhores desenhos de proteção. É preciso valorizar a quantidade de hábitats, as conexões, as áreas de vida, tamanho e forma dos fragmentos remanescentes.

Esse mosaico de paisagens fragmentadas é dinâmico e, mesmo com a devastação dramática, a Mata Atlântica ainda abriga uma parcela significativa da biodiversidade brasileira, com altíssimos níveis de endemismo. Dados oficiais apontam que:

 (...) reduzida e muito fragmentada, estima-se que na Mata Atlântica existam cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies conhecidas no Brasil), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Em relação à fauna, os levantamentos já realizados indicam que a Mata Atlântica abriga 992 espécies de aves, 372 espécies de anfíbios, 197 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes. (<http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica>).

Por outro lado, os dados de ameaças de extinção são significativos para essas florestas. Das 627 espécies da fauna incluídas na lista de espécies ameaçadas de extinção no Brasil, 104 espécies de aves são das matas atlânticas (MACHADO *et al.,* 2008). Por esse motivo, os remanescentes dessas florestas são considerados *hotspot*, ou seja, ecossistemas importantes para conservação da biodiversidade, mas extremamente ameaçados.

**O que vem sendo feito**

A criação de áreas protegidas naturais no Brasil é uma política pública que tem trazido implicações significativas na conservação das paisagens. São 187 unidades de conservação (UCs) instituídas pelo governo federal, 502 criadas por governos estaduais, 17 municipais e mais de 600 privadas. (Figura 1). Esse número não para de crescer, mas é preciso saber se essa política está sendo eficaz. Apesar de ser a principal política pública de proteção, as unidades de conservação não foram plenamente implantadas.

Na modalidade proteção integral, as disputas territoriais com as comunidades que vivem no interior das UCs e seu entorno ainda são o maior conflito. A rigor, pouquíssimas UCs de proteção integral já criadas atendem ao pré-requisito da lei de serem áreas desabitadas, cujas terras pertencem ao poder público. A maioria das UCs foi criada no papel sem haver efetivamente uma política de conservação projetada. Durante longos anos, não havia estudos que orientassem o manejo e os planos de gestão. Os conflitos socioambientais foram sendo explicitados na medida da pressão dos movimentos sociais. Por outro lado, as UCs de desenvolvimento sustentável (APAs, RDS, Resex entre outras previstas pela Lei nº 9.985/00-SNUC) ainda carecem de planos efetivos de desenvolvimento local.

O modelo de proteção precisa ser mais eficaz. Sempre houve uma enorme dificuldade na formulação de estratégias governamentais apoiadas em princípios democráticos e éticos. A visão de planejamento tradicional partiu sempre de pacotes prontos do governo, herança da cultura autoritária de nossas instituições e muitas UCs são vistas como politicamente injustas pelos moradores locais.